

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1468 | 25/03/2019 a 31/03/2019

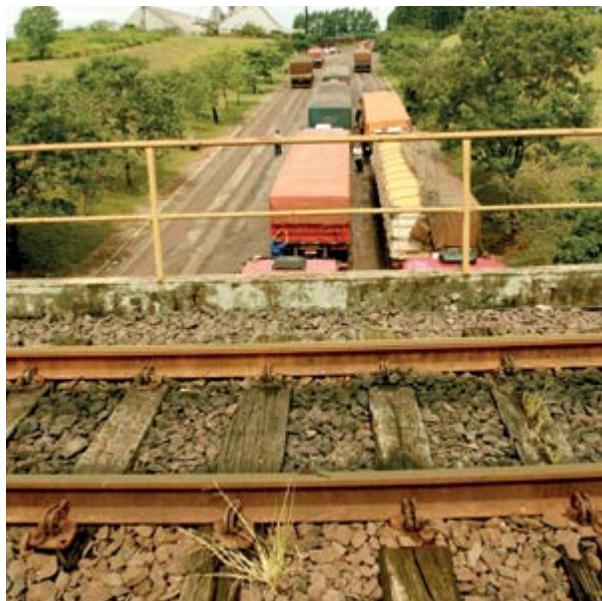
Tiragem desta edição 26.000 exemplares

EXPECTATIVA

OPORTUNIDADE PARA AVANÇAR

Com novas lideranças no legislativo e no executivo,
agronegócio busca eliminar velhos gargalos

sistemafaep.org.br



Aos leitores

De uma forma geral, mudanças sempre trazem esperança de dias melhores, renovam a convicção de que as coisas irão melhorar. No campo, o sentimento não é diferente. Embalados pela renovação do governo federal e de boa parte da Câmara dos Deputados, os produtores rurais estão esperançosos de que projetos para minimizar e/ou eliminar antigos gargalos que assombram há décadas o agronegócio nacional (e paranaense) irão sair do papel.

Claro que não é uma simples assinatura de um contrato ou a boa vontade de alguns políticos que irá, de uma hora para outra, mudar 180 graus o cenário atual. Mas é preciso começar de alguma forma, seja com um projeto para melhorar a precária infraestrutura do país, que acaba consumindo parte da renda dos produtores rurais, ou o remanejamento de recursos para a agropecuária.

Fato é que algo precisa ser feito, de forma urgente. Nos últimos anos, o chamado “Custo Brasil” tem impedido bastante o avanço do agronegócio. E, por tabela, impedir o potencial máximo de crescimento do setor é praticamente restringir o desenvolvimento da economia nacional. Não existe melhor momento para reverter esse quadro. O campo aguarda ansioso para que as promessas de campanha dos novos políticos se tornem realidade.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1468:

Fernando Santos, Felipe dos Santos, APPA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

DEMANDAS DO CAMPO

Com os novos representantes dos poderes executivo e legislativo, agronegócio tem a oportunidade de eliminar gargalos históricos

PÁG. 4

FEBRE AFTOSA

Estudo aponta os ganhos potenciais para o Paraná após o reconhecimento de área livre de aftosa sem vacinação

Pág. 10

SEGURO RURAL

Apesar de alguns percalços, contratos aumentaram mais de 150% e volume de subvenção dobrou em uma década

Pág. 16

HORTALIÇAS E FRUTAS

SENAR-PR irá promover cursos na área para apoiar o Grupo de Trabalho agroalimentar da RMC

Pág. 21

PECUÁRIA LEITEIRA

Simpósio realizado em Curitiba na primeira quinzena de abril irá debater os desafios e oportunidades da atividade

Pág. 22

MELIPONICULTURA

Curso do SENAR-PR é pioneiro no país e colabora para produtores diversificarem as atividades

Pág. 26

Tempo favorável ao milho safrinha



Segundo Climatempo, fatores que bloqueavam *El Niño* se desfizeram e a tendência é de que chova de forma regular nos meses cruciais para a lavoura

A estiagem e as altas temperaturas que provocaram a quebra da safra de soja no Paraná colocaram o produtor em alerta. Enquanto o plantio do milho safrinha avançava, era inevitável que muitos agricultores olhassem para o céu, se perguntando se as chuvas, enfim, cairiam no período certo, evitando um novo revés. Para alívio dos produtores do cereal (e demais culturas de inverno), desta vez, as perspectivas são boas: segundo o instituto meteorológico Climatempo, as precipitações devem ser regulares e abundantes, principalmente no período de enchimento de grãos.

“A tendência é de que tenhamos [o clima] dentro da normalidade, com chuvas bem distribuídas, o que deve fazer com que tenhamos uma safrinha cheia de milho. Não deve se repetir o estresse que o produtor enfrentou com a soja. O mercado está contando com essa boa perspectiva”, assinala João Castro, agrometeorologista do Climatempo.

A chave de tudo está no *El Niño* – fenômeno climatológico que se caracteriza pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico e que provoca chuvas volumosas no Sul do continente. No fim do ano passado, condições atmosféricas anormais para o período coibiram os efeitos do *El Niño* e bloquearam as frentes frias, que trariam chuvas ao Paraná, por exemplo. De acordo com o Climatempo, esses fatores de bloqueio já não existem mais, normalizando o cenário.

“A boa notícia é que essas condições deixaram de atuar. A gente espera, então, um efeito normal de *El Niño*, com chuvas em volumes até ligeiramente acima da média, ou seja, com boas perspectivas em relação ao volume hídrico”, aponta Castro.

O relatório mais recente do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e

Abastecimento (Seab) aponta que 91% da área prevista para o milho safrinha já foram plantadas. Por isso, os meses de março e, principalmente, abril serão determinantes para os produtores do Paraná. Segundo o agrometeorologista do Climatempo, é fundamental que chova nesses meses. E isso deve ocorrer.

“Teremos março, abril e maio chovendo bem, garantindo a safrinha. Os volumes são variáveis, mas, no Paraná, podemos esperar que as chuvas caiam em torno de uma média dos 150 milímetros por mês, o que é muito bom”, avalia. “Até junho e julho, o produtor não deve ter problemas para colher”, acrescenta.

De modo geral, a lavoura de milho safrinha vem se desenvolvendo bem em todo o Estado. Segundo o Deral, 6% da área plantada estão em estado médio e 94%, em boas condições.

Após amargar perdas com a soja, o produtor Egon Portz, de Toledo, no Oeste do Paraná, já concluiu o plantio de milho safrinha. Em fase de enchimento de grãos, a lavoura vai muito bem. “Até agora, o tempo está ajudando bastante. Se continuar assim, nós vamos ter uma produtividade muito boa e conseguiremos tirar um pouco do que perdemos com a soja”, diz.

Novo governo, antigas demandas

Com a renovação das administrações federal e estadual e início de nova legislatura, agronegócio tem oportunidade de desatar nós históricos

Por André Amorim

O ano de 2019 começou com a promessa de novos ventos no cenário político brasileiro. Seja pelas características dos governantes eleitos para ocupar os palácios do Planalto (em Brasília) e Iguaçu (em Curitiba), que foram vitoriosos ao proporem grandes mudanças na estrutura vigente, seja pelas novas legislaturas que se iniciam nos planos estadual e federal (na Câmara dos Deputados com

uma taxa recorde de renovação), a perspectiva é de um olhar diferente sobre diversos setores da nossa economia.

Diante deste cenário, o agronegócio brasileiro (e paranaense) tem uma oportunidade ímpar de encampar suas principais demandas, eliminar gargalos históricos e desatar os nós do chamado “custo Brasil”, que sufocam o crescimento da nação e transformam em

poeira o fruto do suor dos produtores e trabalhadores rurais.

Para organizar essa discussão, a reportagem do Boletim Informativo elencou alguns temas centrais para o desenvolvimento do agronegócio, em especial no Paraná, e ouviu especialistas, lideranças e atores políticos, para tentar responder à seguinte pergunta: O que o agronegócio pode esperar dos



novos governantes e legisladores em temas como crédito, seguro rural, infraestrutura e meio ambiente?

Algumas decisões recentes dão uma mostra do que vem por aí. Uma delas foi a suspensão das tarifas antidumping sobre o leite em pó importado da União Europeia e Nova Zelândia. A medida – que azedou os ânimos de toda cadeia láctea brasileira – reflete o viés liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, que já se declarou contrário a diversos tipos de subsídios às atividades produtivas.

Dias depois, o governo voltou atrás, anunciando a criação de um imposto sobre o produto importado, que acabaria por compensar a retirada da tarifa antidumping. Até o fechamento desta edição a medida compensatória ainda não havia sido implementada. Apesar da aparente solução, a questão mostrou que existem diferenças que ainda devem ser aparadas para que esta administração possa encontrar seu caminho.

“Acho que a questão do leite mostra claramente, para todo governo, que é impossível trabalhar sem levar em consideração as consequências sociais. Para cada decisão a ser tomada tem que perceber os impactos que acarreta”, avalia o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB/RS).

“Imediatamente após a suspensão das medidas antidumping contra o leite em pó europeu, foi determinada pelo presidente a elevação da tarifa para a importação deste produto. Temos convicção que o presidente será o ponto de ponderação para avançarmos com cautela”, acredita o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e ex-ministro da Agricultura, Francisco Turra.

“Me parece que existe um conflito dentro do governo. As demandas de diversos setores acabam no ministro da Economia, que já mostrou que não vai ter subsídios, como crédito subsidiado. E isso não só para agricultura, mas para

todos os setores”, observa o sócio da consultoria MB Agro, José Carlos Hausknecht. “Concordo que a ministra Tereza Cristina (da Agricultura) escuta muito o agro, mas sinto uma resistência grande na economia, que no final das contas é quem tem o dinheiro”, completa.

A sensibilidade da ministra, aliás é um ponto a ser comemorado nesta nova gestão. Oriunda do legislativo, onde comandou a Frente Parlamentar da Agropecuária, Tereza conhece bem as demandas do produtor rural. “O peso do agronegócio nas pautas econômica e social do Brasil torna o campo prioritário a qualquer governo. A diferença é que, no caso do atual presidente, fomos destacados desde o primeiro momento da campanha. Isto ficou ainda mais evidente quando a escolhida para assumir o ministério da Agricultura foi [...] a deputada Tereza Cristina, uma inquestionável liderança, conhecedora e defensora do setor produtivo”, observa Turra, da ABPA.



Crédito: demanda por mais recursos

Uma das maiores demandas do campo é a disponibilidade de crédito, luta constante, que se repete ano após ano. Quando o governo anuncia o novo Plano Agrícola Pecuário (PAP) é definido o montante disponível para contratação, porém, logo em seguida começam os ajustes. Como - via de regra - o cobertor é curto, é preciso muito diálogo entre o governo e o setor produtivo para compreender onde existe maior demanda destes recursos.

Na atual safra, o volume de contratações foi intenso entre julho e dezembro de 2018, alcançando a marca de R\$ 87,9 bilhões, volume 14% maior do que o registrado em igual período do ano anterior. Frente a este aumento, os recursos destinados a diversas linhas de crédito se esgotaram.

Diante disso, o setor produtivo solicitou à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, mais recursos para o crédito rural. Em janeiro deste ano, a FAEP encaminhou ofício ao Ministério solicitando que atuasse junto aos bancos oficiais e a pasta da Economia, para disponibilizar mais recursos. Houve uma articulação nacional com outras entidades, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), até que o Conselho Monetário Nacional suplementou em R\$ 6 bilhões as linhas de custeio de pequenos e médios produtores.

Na sequência deste episódio foi a vez de solicitar recursos para investimentos. A FAEP, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) encaminharam carta conjunta à ministra solicitando o aporte de R\$ 7 bilhões a fim de suplementar as linhas que estavam sem recursos. Apenas para o programa Moderfrota (destinado à modernização da frota de máquinas agrícolas) foram solicitados R\$ 3 bilhões. Demais pedidos contemplaram outras sete linhas de investimento.

No dia 20 de fevereiro, o Diário Oficial da União (DOU) publicou um despacho da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão vinculado ao ministério da Economia, remanejando os recursos equalizáveis da safra 2018/19. A rigor, não foram

Cobertor curto

R\$ 7 bilhões

é o volume de recursos para investimentos solicitado pela FAEP, Seab e Ocepar.



R\$ 1,4 bilhão

foi o valor remanejado para atender às necessidades dos produtores



alocados novos recursos nas linhas de crédito solicitadas pelo setor produtivo, mas remanejado R\$ 1,4 bilhão entre os recursos que já estavam disponibilizados para estas mesmas linhas, porém com taxas pós-fixadas de juros, que acabaram não sendo utilizadas pelos produtores.

“A articulação entre as entidades indicou a necessidade de mais recursos para o crédito rural. A FAEP fez coro nesta sensibilização e o governo atendeu em parte o pleito do setor”, diz o economista do Departamento Técnico Econômico do

Sistema FAEP/SENAR-PR Jeffrey Albers.

Com a medida, o Programa de Construção de Armazéns (PCA), por exemplo, recebeu aporte de R\$ 44,1 milhões para contratação na modalidade pré-fixada (6%). Esses recursos antes estavam disponíveis em uma linha pós-fixada. O despacho contemplou 11 linhas de investimento com este tipo de remanejamento. Desta forma, este pleito dos produtores rurais foi apenas parcialmente atendido pelo governo.

Produtores descobertos



R\$ 1,2 bi

Demanda do setor produtivo



R\$ 600 mi

Contemplados no PAP



R\$ 400 mi

Foram liberados



Seguro Rural: montante insuficiente para as demandas do campo

No seguro rural, outra área que depende de incentivo do governo para ser acessível aos produtores, é necessário atentar para duas questões: o volume de recursos e a previsibilidade da liberação.

A cada novo PAP é anunciado um volume para a subvenção do seguro rural, porém o que acaba de fato chegando para o produtor rural é muito menos. “Este ano a demanda do mercado era de R\$ 1,2 bilhão para o seguro rural, mas o PAP só contemplou R\$ 600 milhões para este fim e, destes, só foram liberados cerca de R\$ 450 milhões”, observa Albers.

Segundo o diretor técnico de seguros rurais da Brasilseg, Paulo Hora, o volume disponibilizado, mais uma vez, se mostrou insuficiente. “Para fazer frente ao volume de prêmios emitidos pelo mercado segurador em 2018, considerando as mesmas regras de distribuição atual, a subvenção deveria ser no mínimo 2,5 vezes o valor disponibilizado, atingindo algo em torno de R\$ 900 milhões”, avalia. “A área segurada

versus a área plantada com grãos no Brasil dificilmente aumentará dos atuais 14% sem um aumento dos recursos dos governos federais e estaduais e previsibilidade no médio e longo prazos”, completa Hora.

Na opinião do consultor na área de seguro rural Luiz Antônio Digiovani, além de proporcionar mais segurança ao produtor, a alocação de mais recursos na subvenção é estratégica para o governo. “É importante que exista um seguro que cubra o produtor num momento de crise, para que não seja necessário renegociar dívidas. Essa renegociação é muito ruim para o governo, pois precisa equalizar os juros”, avalia. Para Digiovani, este governo já

tem acenado com algumas mudanças como ajuste fiscal, o que poderia indicar boa vontade para enxugar gastos, podendo assim destinar mais recursos para este fim. “Vejo que esse é o momento de o governo priorizar onde vai aplicar os recursos e temos certeza que o agronegócio precisa de mais apoio na área de seguro rural”, diz.

Também o diretor da Brasilseg se mostra otimista em relação ao futuro do seguro no país. “Vemos com bons olhos a linha defendida pelo atual governo no tocante a repensar a distribuição dos recursos da agricultura e os pesos dados às políticas, aportando mais recursos para fortalecer e consolidar o seguro agrícola no país”, afirma Hora.

“É importante que exista um seguro que cubra o produtor num momento de crise, para que não seja necessário renegociar dívidas”

Luiz Antônio Digiovani, consultor na área de seguro rural

Meio Ambiente: mais agilidade nos processos de licença

Na área do meio ambiente, as principais demandas do setor produtivo se referem à transparência e agilidade dos processos legais. Uma das questões mais preocupantes é a ausência de regras claras para a regularização ambiental das propriedades. Por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), os produtores cadastrados verificam se existe alguma adequação ambiental a ser cumprida para poderem aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O prazo para adesão se encerra no dia 31 de dezembro de 2019, porém as regras que norteiam a regulamentação daqueles que têm pendências ambientais, ainda estão indefinidas.

“Com a implementação do CAR muitos proprietários necessitam regularizar suas compensações ambientais. O problema é que não existe uma regulamentação clara com os procedimentos necessários. Dessa forma o pessoal fica inseguro”, avalia a técnica da FAEP, Carla Beck. Segundo ela, frente a esta indefinição, existem produtores que estão deixando de adquirir novas áreas, pois não sabem como esta questão irá se desdobrar. A definição cabe ao órgão ambiental estadual.

Outra questão que vem penalizando o trabalho no campo é a morosidade e a burocracia para obtenção e licenciamento ambiental. “Hoje é extremamente moroso, demora até um ano para sair e neste prazo o produtor não pode fazer nada na área”, explica Carla. Ainda de acordo com a engenheira, uma boa saída seria a simplificação deste processo. Hoje o licenciamento ambiental é concedido em três etapas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação, sendo que os pedidos devem ser feitos de forma separada, havendo casos em que um problema em uma etapa impede a continuidade do processo. “Muitas vezes o produtor consegue as licenças prévia e de instalação, porém quando chega na licença de operação, o processo trava. Aí o investimento feito

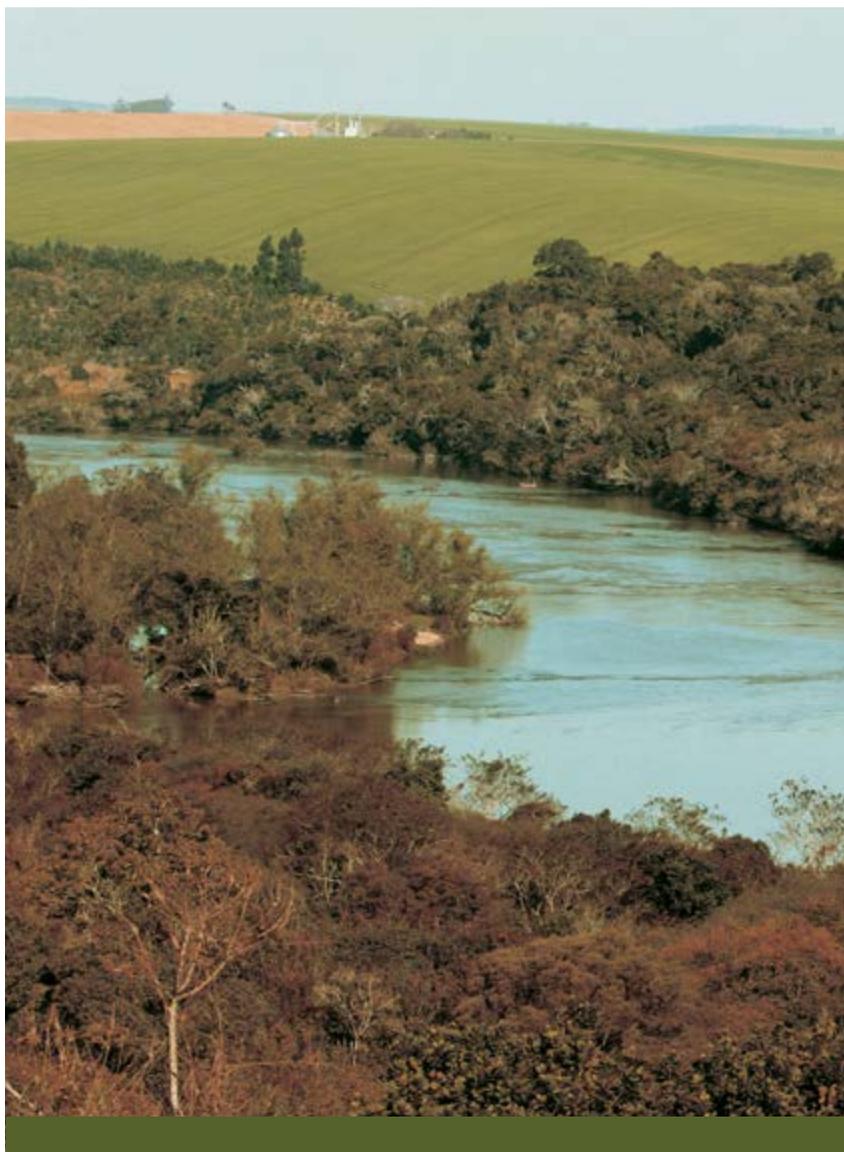
até ali, que envolveu aquisição de área, maquinário e outras coisas fica tudo parado até a liberação pelo órgão ambiental competente”, ressalta.

Para solucionar esta questão existe uma legislação federal que vem sendo discutida desde 2004 (PL 3729/2004)

sendo acrescentado a ela outros projetos para agilizar esses processos, sendo o último projeto datado de 2017. “Essa proposta foi aprimorada e já está praticamente pronta para ir para plenário”, observa Carla.

“Hoje é extremamente moroso, demora até um ano para sair e neste prazo o produtor não pode fazer nada na área”

Carla Beck, técnica da FAEP



Infraestrutura: melhorias em gargalos históricos

Outro grande desafio para o setor produtivo é a infraestrutura logística. A necessidade de melhorias e obras estruturantes nesta área são históricas, bem como os prejuízos decorrentes destes gargalos, certamente um dos principais componentes do chamado “custo Brasil”.

“Precisamos trabalhar para que tenhamos competitividade em todos os setores. Hoje quando se estrutura a tabela de custos do agronegócio, vemos que existe um ‘sócio oculto’ que não deveria estar lá, como logística deficiente e exigência burocrática. Temos que facilitar sem precarizar, para que o produtor tenha como única função produzir”, observa o presidente da FPA, Alceu Moreira.

No Paraná, esta pode ser uma boa oportunidade de destravar as obras

necessárias para os desenvolvimentos econômico e social. De acordo com o consultor da FAEP e especialista da área de logística, Nilson Hanke Camargo, no modal ferroviário é urgente que seja decidida - pela renovação ou não - do contrato de concessão ferroviária da malha Sul do Estado, atualmente operado pela empresa Rumo. Segundo Camargo, essa decisão cabe ao Tribunal de Contas da União e à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). “Enquanto esta questão não for decidida é improvável que sejam realizados mais investimentos nesta área”, avalia.

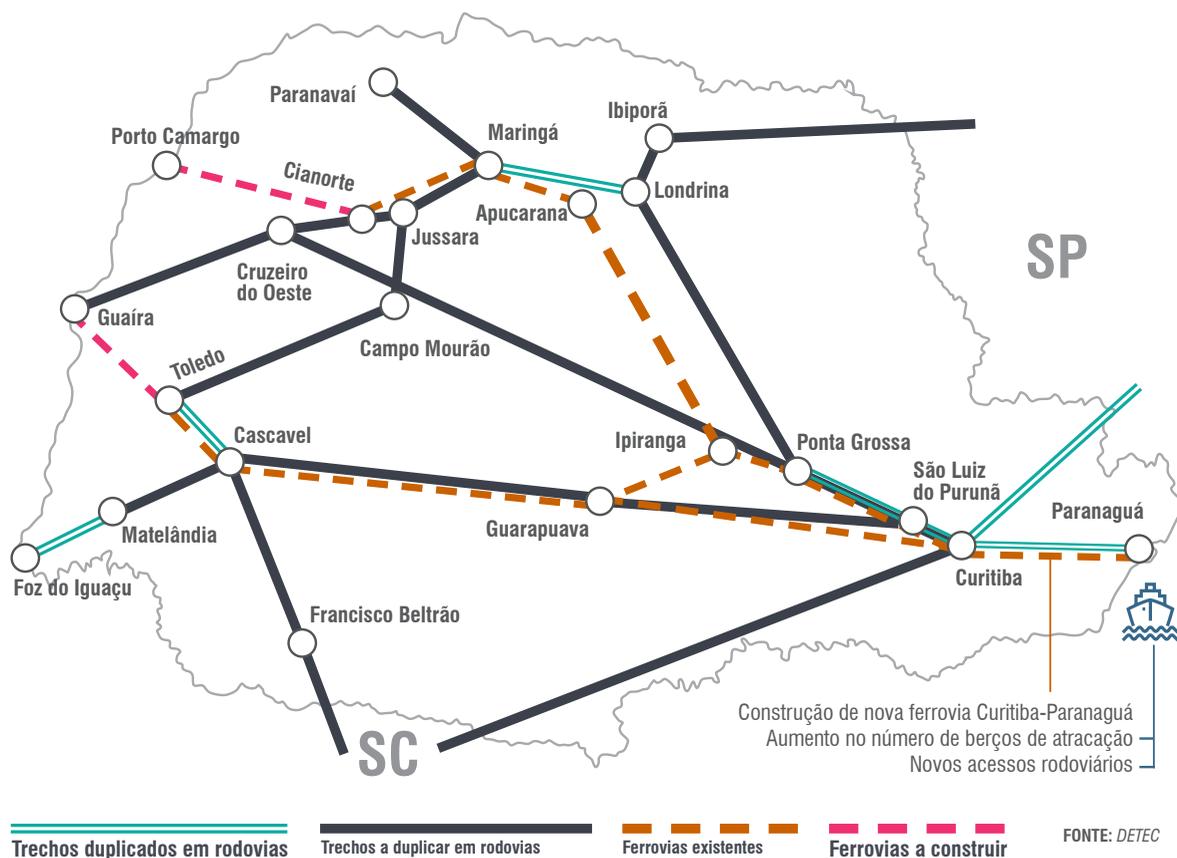
No modal rodoviário, o principal desafio paranaense é a elaboração dos editais para a licitação de novas concessões rodoviárias, uma vez que os contratos em vigência vencem em 2021. “Essa questão precisa de planejamento, é necessário fazer audiências públicas antes de preparar

os editais”, observa Camargo.

Outra questão que merece atenção, na opinião do consultor, é a finalização das obras de acesso rodoviário ao Porto de Paranaguá. Também precisam ser aprovados os editais de licitação para novas obras que devem ser encampadas para aumentar a movimentação no terminal, como os cais nos formatos “T”, “F” e “L”.

No plano nacional, José Hausknecht, da MB Agro, observa que existe um ambiente propício para melhorias na infraestrutura. “Isso começou ainda no governo Temer. Vejo uma vontade muito grande deste governo de fazer as coisas acontecerem, um ambiente mais favorável para este tipo de investimento. Ocorre que os grandes projetos de que temos ouvido falar são lá no Matopiba [Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia], do chamado Arco Norte”, observa.

Logística desajustada



Estudo aponta os ganhos com o fim da vacinação

Representantes do agro paranaense planejam as últimas etapas para retirada da vacina contra febre aftosa no Estado



Não há dúvidas. A cada novo dado econômico, a cada nova avaliação técnica, está mais evidente que o Paraná tomou a decisão correta ao iniciar o processo para se tornar área livre de febre aftosa sem vacinação. Essa questão ficou ainda mais clara no dia 19 de março, quando representantes das principais entidades ligadas ao agronegócio paranaense se reuniram, na sede da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), em Curitiba, para definir os próximos passos do processo. Na ocasião foi apresentado o estudo “Paraná livre de febre aftosa sem vacinação: análise e perspectivas”, elaborado por técnicos da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

O material demonstra que existem diversos ganhos potenciais com o novo status sanitário que o Paraná passará a gozar com a retirada da vacina. Mais uma vez: não é na só bovinocultura que estes ganhos se darão, apesar de bovinos e bubalinos serem as espécies vacinadas. As outras cadeias de proteína animal guardam grandes possibilidades de ganho, inclusive econômicos para os pecuaristas. O reconhecimento

da nova condição sanitária credencia o Paraná a acessar novos mercados que pagam mais pela qualidade.

“O governador Carlos Massa Junior, onde vai, embora sensível a algum apelo, tem afirmado que não há recuo. O Estado tem que avançar este ano”, confidencia o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara. Segundo ele, o governador reafirmou este compromisso recentemente, encaminhando carta à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, comunicando a intenção do Paraná de antecipar a retirada da vacinação. “Tudo isso traduz um sentimento coletivo, que não unânime, mas sob meu ponto de vista, representa a maioria, de que vamos de fato experimentar um avanço”, complementa.

Na suinocultura, onde o Paraná desponta como segundo maior produtor nacional, a expectativa é de abertura de novos - e importantes - mercados para a carne paranaense. Hoje os frigoríficos paranaenses não têm acesso aos principais países importadores deste tipo de proteína. China, Japão, México e Coreia do Sul respondem por 64% do comércio mundial e hoje estão de portas fechadas para o suíno paranaense. De acordo



De acordo com o estudo apresentado pelos técnicos da Seab, o preço médio da carne suína brasileira exportada foi de 2.360 dólares/tonelada em 2017. Em 2018, fatores como a operação “Carne Fraca”, da Polícia Federal, e greve dos caminhoneiros arranharam a imagem da carne brasileira no mercado internacional. Fruto desse processo, o preço médio pago por tonelada da carne suína caiu para 1.880 dólares. Nesse período, Santa Catarina, o único Estado brasileiro a gozar do status de livre de febre aftosa sem vacinação, conseguiu vender sua carne suína para mercados como Japão e Coreia do Sul, abertos somente para áreas sem vacinação. O preço médio para estes países foi de 3.330 dólares/tonelada (janeiro a outubro de 2018), o que representa 77% a mais do que o preço médio da carne suína no Brasil, aponta o estudo.

Desta forma, a obtenção deste novo status sanitário irá beneficiar diretamente uma cadeia importante para a economia do Paraná. Este pleito conta com apoio total do Sistema FAEP/SENAR-PR, como destaca o presidente da entidade, Ágide Meneguette. “Este não é um pleito de ninguém especificamente. É um programa de Estado, para manter o produtor produzindo no campo, com renda e dignidade. A FAEP e o SENAR-PR continuam à disposição para trabalhar pela economia do Paraná”, destaca.

O posicionamento da entidade vai ao encontro da visão do presidente do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepéc), Ronei Volpi, que também participou da reunião. “Hoje existe uma constatação mundial, inclusive na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de que não há mais como avançar em sanidade baseado apenas estruturas governamentais. Em todo mundo, não há como avançar sem efetiva integração público-privada”, observa.

O pleito sanitário pelo reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação não é de hoje. Em 2010, um estudo realizado por integrantes da Seab, da FAEP e da Universidade de Brasília (UnB), com objetivo de analisar a relação custo-benefício de estratégia de controle da doença no Paraná, concluiu que a cada R\$ 1 investido nesta área, o retorno seria de R\$ 1,341.

Autoridades

Além do secretário Norberto Ortigara, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, assessor da presidência da FAEP, Antônio Poloni, e do presidente do Fundepéc, Ronei Volpi, participaram da reunião o presidente da Adapar, Otamir César Martins, representantes da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), o superintendente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) no Paraná, Cleverton Freitas, e o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná (Sindicarne), Péricles Salazar, na ocasião representando a Federação das Indústrias do Paraná.

com o estudo, com o fim da vacinação, o Paraná estaria apto a exportar sem restrições de sanidade para estes quatro países, um mercado potencial adicional de 5,1 milhões de toneladas. Em um cenário em que o Paraná consiga 2% deste mercado potencial, as exportações do Estado dobram, passando das atuais 107 mil toneladas para mais de 200 mil toneladas, de acordo com o estudo.

Paralelo aos ganhos econômicos com a venda dos produtos, existem outras vantagens. De acordo com o assessor da presidência da FAEP, Antonio Poloni, que participou da reunião, com o status de área livre sem vacinação, o Paraná teria um cartão de visita de primeira grandeza sanitária, podendo se beneficiar de três situações: “Primeiro a garantia de manutenção dos mercados já conquistados, impedindo que sejam estabelecidas barreiras sanitárias legais. Em segundo, a prioridade na competição para acessar novos mercados ou mercados que não atingimos hoje, como o Japão. O terceiro ponto é a prioridade na ocupação do espaço nas perdas de mercado por motivos sanitários de países concorrentes”, explica.

Paraná bate recorde na produção de carne bovina

Volume alcançou 350 mil toneladas, graças à quantidade de animais e aumento no peso médio da carcaça



Por Guilherme Souza Dias
técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR

O ano de 2018 foi recorde de produção de carne bovina no Paraná. De acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, o Estado produziu quase 350 mil toneladas da proteína vermelha, incremento de 12% frente ao ano anterior, em volume e no número de abates, que totalizou 1.441.473 cabeças. A quantidade de carne produzida representa quase 11 mil toneladas a mais que o recorde anterior, de 2010, que apresentou 338,5 mil toneladas.

Entretanto, os resultados de 2018 estão diretamente relacionados ao aumento expressivo no peso de abate dos animais, frente à 2010. O recorde absoluto no número de abates permanece naquele ano, com 1,45 milhão de cabeças. Todavia, 2018 não fica muito atrás. No ano passado, o Estado abateu 1,44

Série histórica da produção paranaense

Ano	Abates (mil cabeças)	Produção (mil t)	Kg/cabeça
1997	1.004	225	224,12
2002	953	219	229,93
2007	1.291	295	228,48
2012	1.346	314	233,89
2018	1.441	349	242,60

FONTE: Pesquisa Trimestral do Abate de Animais - IBGE, 2019 | ELABORAÇÃO: DTE/FAEP

milhão de bovinos, mas o que consolida o recorde atual foram os 242,6 quilos de carcaça por cabeça (tabela acima).

Ao analisar a série histórica 1997 a 2018, a média do peso de carcaça por animal saltou dos 224,12 quilos para os atuais 242,6 quilos, resultado de melhorias na genética dos animais, manejo de pastagens, implantação de confinamentos ou suplementação estratégica, entre outras tecnologias. Fato é que o pecuarista tem respondido às inovações do setor, alocando investimentos e buscando maior eficiência produtiva.

A metodologia do IBGE classifica os animais em bois e vacas (animais acima de 24 meses) e novilhos e novilhas (animais de até 24 meses), dados que permitem inferir a eficiência produtiva do Estado.

Evolução dos abates de bovinos por categoria no Paraná

Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bois	706	698	652	603	657	685	738
Novilhos	72	115	140	133	73	56	59
Total Machos	778	814	793	737	730	742	798
Vacas	445	445	464	359	331	406	482
Novilhas	135	164	193	149	136	134	161
Total fêmeas	581	610	657	509	467	541	643
Totais	1.359	1.424	1.450	1.246	1.198	1.283	1.441
% Machos	57,25	57,14	54,69	59,15	60,96	57,83	55,39
% Fêmeas	42,72	42,86	45,31	40,85	39,04	42,17	44,61

* Mil de cabeças FONTE: Pesquisa Trimestral do Abate de Animais - IBGE, 2019 | ELABORAÇÃO: DTE/FAEP

Entre essas categorias, a que mais apresentou incremento foram as novilhas, aumentando a participação nos abates em 19,34%, totalizando 161 mil animais. Na sequência, as vacas, com incremento de 18,58% (482 mil cabeças), bois, com 7,74% (738 mil), e finalmente os novilhos, com incremento de 4,94% (59 mil). No volume total, as fêmeas representaram 44,61%, o que permite traçar algumas previsões.

De 2012 a 2018, a participação média de fêmeas nos abates do Estado representa cerca de 42,5%. Geralmente, anos de maior abate de fêmeas são seguidos por anos de reposição valorizada. Caso de 2014, no qual a participação de vacas e novilhas alcançou 45,3% e culminou em menor oferta de animais de reposição em 2015, elevando as cotações à valores nominais recordes.

Nesse contexto, o mercado pecuário de 2019 deve se desenhar para um bezerro mais valorizado, com mercado em viés de alta. Associado a isso, as tratativas para a retirada da vacinação contra febre aftosa em fase final colaboram para esse cenário. Sendo assim, o empresário rural que trabalha com a produção de bezerros deve estar atento à essa conjuntura e se preparar para uma demanda mais aquecida.

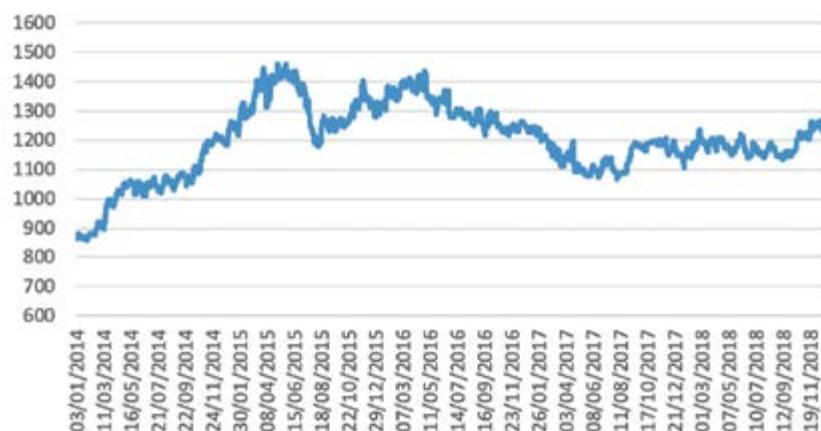
Ao terminador, cabe a revisão da estratégia de compra, prevendo maiores dispêndios com a reposição e buscando mitigar os impactos dessa oscilação. Uma boa estratégia seria o estabelecimento de contratos de compra ou parceria com produtores de animais de qualidade.

Exportações

Somada ao bom desempenho do setor no ano, as exportações do Estado em 2018 foram também recordes de faturamento. O Paraná exportou o equivalente a 125 milhões de dólares, comercializando 32,8 mil toneladas de carne bovina. Os compradores desembolsaram em média 3.812,69 dólares pela tonelada do produto.

O desempenho pelo volume ocupa o terceiro maior da série histórica, com o campeão se mantendo o ano de

Cotação nacional do bezerro (R\$/cabeça)



FONTE: CEPEA, 2019 | ELABORAÇÃO: DTE/FAEP

Principais destinos da carne bovina paranaense em 2018

Destino	US\$ (mil)	Volume (T)	% Volume	US\$/T
Hong Kong	35.727	10.121	30,80%	3.529,99
Israel	30.813	5.618	17,10%	5.483,92
Chile	20.844	4.965	15,11%	4.197,67
Irã	11.430	2.968	9,03%	3.850,10
Paraguai	7.676	2.921	8,89%	2.627,84
Emir. Arab. Unidos	7.446	2.139	6,51%	3.480,88
Uruguai	3.310	921	2,80%	3.593,23
Vietnã	1.325	372	1,13%	3.560,05
Alemanha	1.168	138	0,42%	8.414,80
Rússia	964	407	1,24%	2.365,96
Outros	4.581	2.285	6,96%	2.004,20
Total	125.289	32.861	100%	3.812,69

FONTE: Agrosat, 2019 | ELABORAÇÃO: DTE/FAEP

2004, com 45,6 mil toneladas, seguido por 2005, com 38,1 mil toneladas. Vale lembrar que, naquela época, a tonelada da carne bovina era cotada a cerca de 2.150 dólares.

Entre os principais destinos de 2018, Hong Kong absorveu 30% do

total, o equivalente a 10,1 mil toneladas, seguida por Israel (5,6 mil t), Chile (4,9 mil t) e Irã e Paraguai (2,9 mil t cada). Destaque também para a Alemanha, que apesar do pequeno volume adquirido, 138 toneladas, desembolsou 8,4 mil dólares por tonelada.

120 ANOS DE DÚVIDAS EM TORNO DE CAPITU

Uma das principais e brilhantes obras de Machado de Assis continua intrigando os leitores

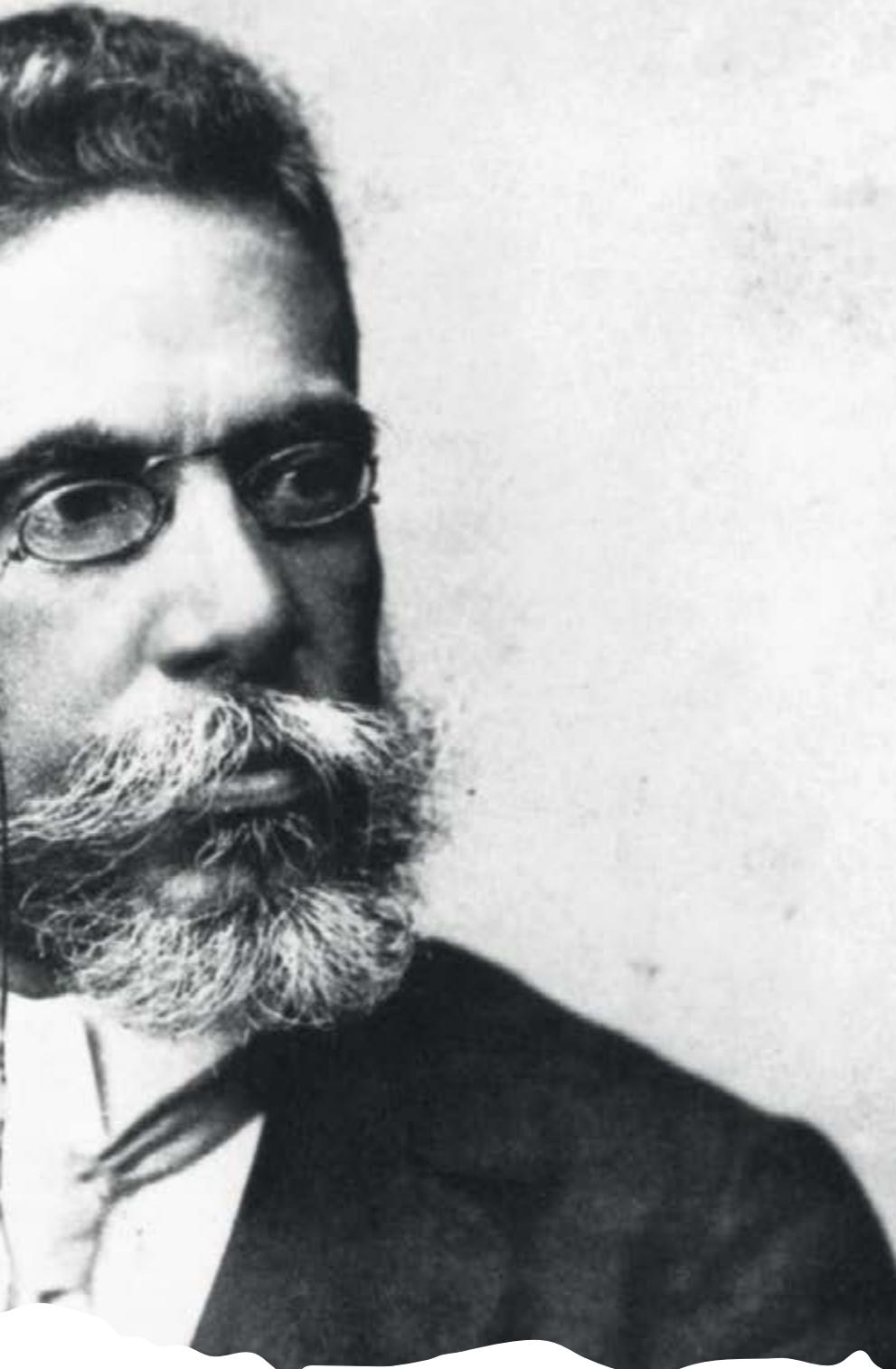
Ele nasceu pobre e epilético. Neto de escravos alforriados. Criado no morro do Livramento, no Rio de Janeiro. Ajudava a família como podia, o que o impediu de frequentar a escola regularmente. Sua instrução veio por conta própria, devido ao interesse que tinha em todos os tipos de leitura. Porém, graças a seu talento e a uma enorme força de vontade, Joaquim Maria Machado

de Assis, ou mais conhecido como Machado de Assis, tornou-se em um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

Aos 16 anos, Assis começou a trabalhar como aprendiz numa tipografia e publicou os primeiros versos no jornal "A Marmota". Em 1860, foi convidado por Quintino Bocaiúva para colaborar no "Diário do Rio de Janeiro".

Na década de 1870, Machado publicou os poemas "Falenas" e "Americanas"; além dos "Contos Fluminenses" e "Histórias da meia-noite". O público e a crítica consagraram seus méritos de escritor. Publicou os romances: "Ressurreição" (1872); "A Mão e a Luva" (1874); "Helena" (1876); "Iaiá Garcia" (1878). Essas obras ainda estão ligadas à literatura romântica e





formam a chamada primeira fase de Machado de Assis.

Na década de 1880, a obra de Machado de Assis sofreu uma verdadeira revolução, em termos de estilo e de conteúdo, inaugurando o Realismo na literatura brasileira. Os romances “Memórias póstumas de Brás Cubas” (1881); “Quincas Borba” (1891); “Dom Casmurro” (1899) e os contos “Papéis avul-

sos” (1882); “Histórias sem data” (1884), “Várias histórias” (1896) e “Páginas recolhidas” (1899), entre outros, revelam o autor em sua plenitude. O espírito crítico, a grande ironia, o pessimismo e uma profunda reflexão sobre a sociedade brasileira são as suas marcas mais características. Em 1897, Machado fundou a Academia Brasileira de Letras, da qual foi o primeiro presidente.

A obra

Apesar da vasta bibliografia, para muitos, Dom Casmurro é a principal obra de Machado de Assis [e um dos maiores clássicos da literatura brasileira]. Publicado pela primeira vez em 1899, o livro confirma o olhar certo e crítico que o autor estendia sobre toda a sociedade brasileira. Também a temática do ciúme, abordada com brilhantismo nesse livro, provoca polêmicas em torno do caráter de uma das principais personagens femininas da literatura brasileira: Capitu.

Na história Bentinho e Capitu são vizinhos desde crianças. Na adolescência, percebem que há entre os dois um sentimento diferente da simples amizade. Adultos, casam-se. Escobar, casado com Sancha, é personagem também importante na história. Maior amigo de Bento, amizade que vem da época adolescente dos dois, frequenta cotidianamente a casa de Bentinho e Capitu. Escobar morre no mar, nadando, e, pela reação de dor manifestada por Capitu, durante o velório, considerada exagerada por Bento, este passa a desconfiar de que Capitu e Escobar poderiam ter tido um “caso”. Bentinho começa, inclusive, a achar que Ezequiel, seu filho, é parecido com Escobar. Essas suspeitas quase o levaram ao suicídio.

A temática da traição é instigante por si só. A traição conduz o ser humano aos limites da racionalidade e à beira da perda da razão. No entanto, o traço fundamental da obra é o questionamento da verdade, entendida como um dos edifícios do realismo a que o próprio escritor pertencia. A intensidade desse diálogo – com o tempo, com as emoções humanas e com a arte – faz de Dom Casmurro um romance de releituras sempre proveitosas.

Ministério da Agricultura

Machado de Assis já foi funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, órgão que deu origem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Produção rural protegida

Em pouco mais de uma década, contratos de seguro rural aumentaram 158% e volume de subvenções pode dobrar na próxima safra. Entenda o que está por detrás deste avanço

Por Felipe Anibal



A falta de chuvas no início de dezembro do ano passado – período de enchimento dos grãos de soja – soou como um péssimo presságio ao produtor rural Itamar Carraro, de Toledo, no Oeste do Paraná. Diante da estiagem e do tempo quente, ele sabia que mais uma quebra de safra estava por vir. As perdas se concretizaram na colheita: a produtividade ficou em torno de 20 sacas por hectare, ante a média histórica de 65 sacas.

“A perda na minha lavoura passou de 60%. Só não fiquei no prejuízo, porque tinha seguro. Três apólices”, diz o produtor. “Em janeiro [de 2019], eu já acionei o seguro, os peritos fizeram o levantamento e em 45 dias o dinheiro estava na minha mão. De tudo que perdi, fui indenizado”, acrescenta o produtor, que, com o ressarcimento, pôde planejar o plantio do milho safrinha.

Aos 52 anos de idade, Carraro cresceu na lavoura e, ao longo das décadas, se cansou de ver agricultores ficando à míngua por causa de desequilíbrios climáticos. “Naquela época, se tinha perda, o produtor tinha que bancar do bolso. O meu pai, mesmo, sofria mui-

to naquele tempo”, lembra. Por isso, Carraro prefere não correr riscos e passou a encarar o seguro rural como uma etapa tão imprescindível ao seu negócio, quanto obedecer às épocas de plantar e colher. Essa proteção já o livrou de outras perdas.

“Em 2017, veio uma chuva de pedras. Eu perdi 100% da lavoura. Tudo. Mas também estava segurado”, conta. “Eu faço seguro de tudo o que eu plantar. Para mim, pelo menos, dá uma segurança, porque chuva e seca são coisas que a gente não controla”, observa.

Perspectivas

O grupo de produtores que, assim como Carraro, estão protegidos pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) do governo federal ainda é considerado pequeno, mas aumentou bastante ao longo da última década. E as perspectivas são alvissareiras: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está brigando para mais que dobrar os recursos destinados a subsidiar o seguro rural. Com



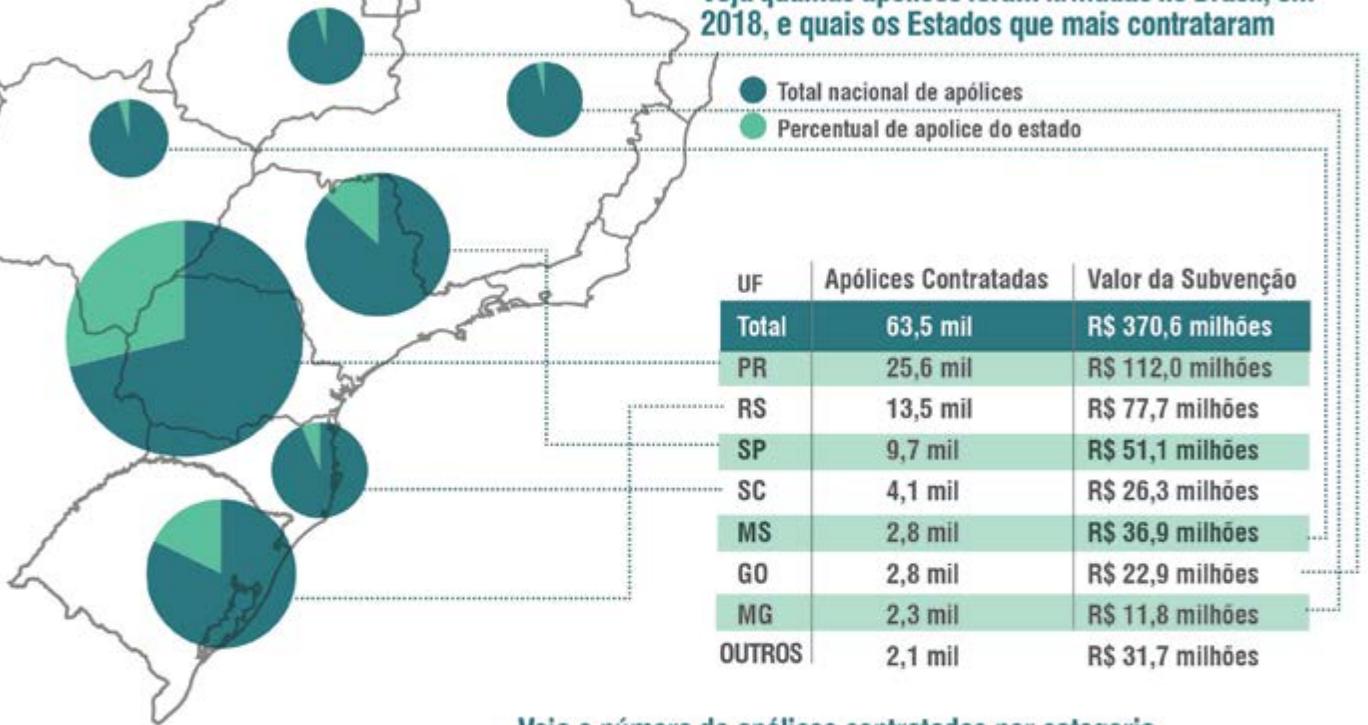
O produtor Itamar Carraro, de Toledo

isso, o volume injetado pelo governo saltaria dos R\$ 440 milhões liberados no ciclo atual para R\$ 1 bilhão na safra 2019/20.

Na prática, a intenção do Mapa de aportar mais dinheiro pode ser encarada como a retomada de uma visão que contempla o seguro rural como um ins-

O MAPA DO SEGURO RURAL

Veja quantas apólices foram firmadas no Brasil, em 2018, e quais os Estados que mais contrataram



trumento estratégico de segurança na atividade rural. A subvenção vinha aumentando até 2014, auge do programa. Naquele ano, o Brasil atingiu o recorde de mais de 117 mil apólices, com 73,5 mil produtores cobertos e com quase R\$ 690 milhões em subsídios. No entanto, no ano seguinte, o programa sofreu um corte severo, com recursos e apólices reduzidos em dois terços (veja o infográfico).

“Naquela gestão, não se entendia o seguro rural como um programa de Estado e preventivo. Não houve o entendimento de que era uma área sensível, não só aos produtores, mas ao próprio país”, observa Pedro Loyola, que desde janeiro é diretor de gestão de riscos do Mapa. “Agora, o ambiente é outro. A nossa visão é clara: a gestão de risco agropecuária é estratégica para o Brasil. É prioridade”, acrescenta.

Avanço

Apesar dessa “quebra” no fluxo de recursos ocorrida em 2015, o programa avançou de forma aguda. Desde

Veja o número de apólices contratadas por categoria

Brasil

Categoria	Apólices contratadas	Valor da subvenção
Grãos	47,1 mil 74,1%	R\$ 282,9 milhões 76,3%
Frutas	11,6 mil 18,3%	R\$ 66,8 milhões 18,0%
Olerícolas	1,9 mil 3,1%	R\$ 12,6 milhões 3,4%
Outros	2,8 mil 9,5%	R\$ 8,0 milhões 2,6%

Paraná

Categoria	Produtores segurados	Valor da subvenção
Grãos	25,1 mil 98,2%	R\$ 109,3 milhões 97,5%
Frutas	0,2 mil 1,0%	R\$ 1,8 milhão 1,6%
Café	0,1 mil 0,4%	R\$ 0,2 milhão 0,2%
Outros	0,1 mil 0,4%	R\$ 0,7 milhão 0,6%

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

2006, o número de apólices decolou 158%, chegando a 63,5 mil contratos ao longo do ano passado. O valor da lavoura e do rebanho segurados é, hoje, mais de três vezes maior, chegando a R\$ 12,6 bilhões cobertos pelo programa. Com o aumento previsto da subvenção para a nossa safra, espera-se que o seguro rural passe a ser mais atrativo a mais produtores.

Um estudo do Mapa aponta que a procura por apólices de seguro rural chega a ser o dobro do número de contratos registrados ao longo do ano passado. Ou seja, se a oferta de subsídio aumentar, a tendência é que o seguro passe a ser acessível a uma fatia maior de agropecuaristas. “Por isso estamos brigando por mais recursos no orçamento federal”, reforça Loyola.

A possibilidade da liberação de mais dinheiro federal para subvencionar o seguro rural foi bem recebida pelas corretoras. As empresas mencionam o peso que os subsídios têm em gigantes do agronegócio, como Estados Unidos, onde o seguro rural é disseminado e que têm 90% de suas lavouras cobertas por apólices. Mesmo em países onde o seguro é relativamente recente, como China e Índia, as subvenções chegam, respectivamente, a US\$ 2,5 bilhões e US\$ 1,5 bilhão. Recebem, portanto, um investimento maciçamente maior que o do Brasil.

“É uma unanimidade que a subvenção no nosso país precisa ter um apoio muito maior. Isso é fundamental para que o produtor possa contratar mais e, por conseguinte, se chegar a um seguro melhor, com maior proteção e previsibilidade. Tem que ser visto como uma política de Estado”, ressalta o consultor em seguros rurais Luiz Antonio Digiovani.

“Esse anúncio da ministra [da Agricultura Tereza Cristina] é fundamental para que os produtores possam acessar, cada vez mais, o programa. Estimamos que para atender todos os produtores que já contratam seguro, sem expansão, seriam preciso, no mínimo, R\$ 800 milhões”, diz Paulo Hora, diretor técnico de Seguros Rurais da Brasilseg, uma empresa BB Seguros.

Distribuição

Na safra 2018/19, cerca de um sexto da área cultivada no Brasil está protegida por seguro rural. Pelo PSR, a cobertura chega a 4,6 milhões de hectares. A maior fatia (em torno de 75%) dos subsídios e do número de apólices se concentram em lavouras de grãos. Isso porque o país é um grande produtor de culturas como soja e milho, bastante suscetíveis a desequilíbrios climáticos.

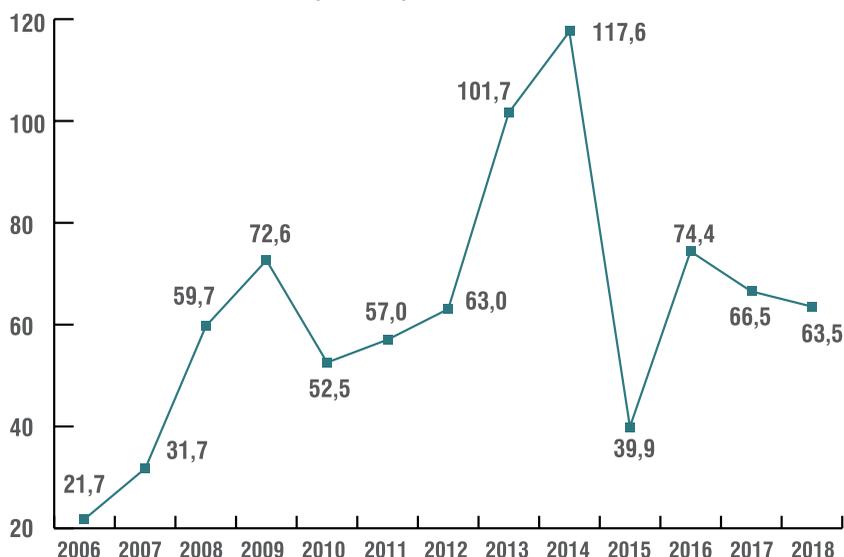
Não por acaso, o Paraná lidera com folga o mercado de seguros rurais, concentrando mais de 40% das apólices contratadas no ano passado. Quase todos esses contratos (97,4%) dizem respeito a seguros para lavouras de grãos. No total, mais de 1,5 milhões

EVOLUÇÃO DO SEGURO RURAL DESDE 2006

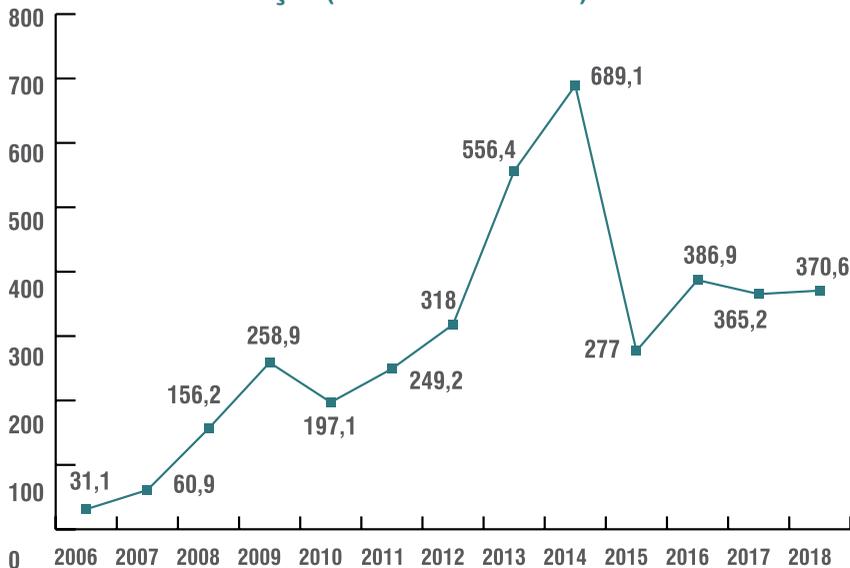


Brasil

Apólices contratadas (em mil)



Volume de subvenção (em milhões de reais)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

de hectares estão cobertos no Estado, com valor segurado que passa da casa dos R\$ 3 bilhões. No mapa nacional de seguros rurais, Rio Grande do Sul (com 21,3%) e São Paulo (com 15,3%) também aparecem com participação expressiva.

Alguns aspectos contribuem para isso de forma decisiva. Um deles é que a estrutura de seguro rural já está

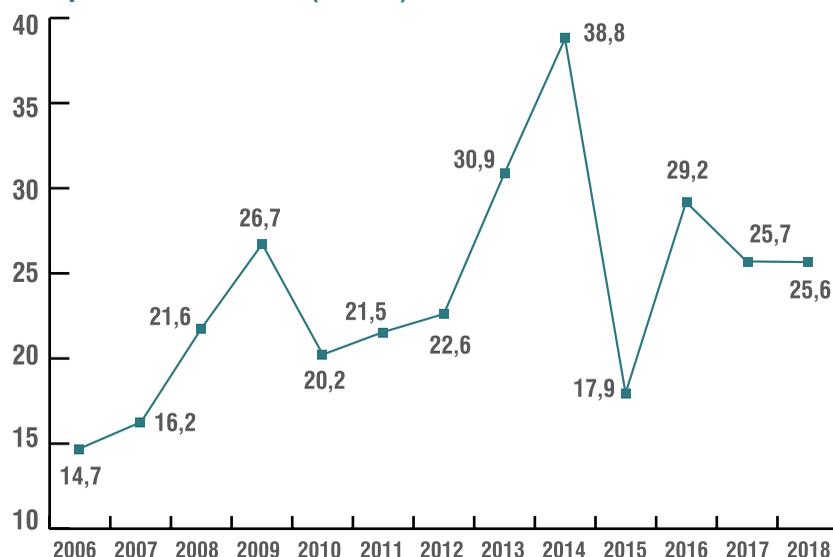
bastante assentada na região Sul do país, onde a logística complicada, que envolve uma rede de dados confiáveis de segurança climática e peritos capacitados, já está consolidada. Somase a isso o fato de a prioridade para a subvenção se dar por data de entrada do pedido junto ao Mapa.

“O produtor que faz o contrato mais cedo tem chance maior de ter subsídio



Paraná

Apólices contratadas (em mil)



Volume de subvenção (em milhões de reais)



Dinheiro no bolso

Até março, as 12 seguradoras que operam no país haviam feito o pagamento de mais de R\$ 996 milhões em indenizações a produtores que contrataram seguro rural e que tiveram perdas em razão de sinistros nos campos. Os ressarcimentos se referem a apólices para cobertura de lavouras de soja e de arroz.

Quase um terço dessas indenizações – R\$ 300,1 milhões – foi pago a sojicultores do Paraná, principalmente na região Oeste do Estado, onde houve quebra significativa da safra. Outros R\$ 182,2 milhões foram ressarcidos a produtores de soja de Goiás. No Mato Grosso do Sul, as indenizações somaram mais de R\$ 166 milhões.

No Rio Grande do Sul, os pagamentos a agricultores que fizeram seguro rural ficaram perto da casa dos R\$ 140 milhões: R\$ 79,1 milhões foram ressarcidos a sojicultores e R\$ 60,3 milhões, a produtores de arroz.

“A mecânica de distribuição pode ser aperfeiçoada e contemplar aspectos que permitam de forma mais equânime o acesso de todas as regiões produtoras ao programa, com os devidos critérios relativos a maior ou menor necessidade do percentual de participação da subvenção. Hoje, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficam prejudicadas neste aspecto”, avalia Hora.

Evoluções e desafios

Ao longo de mais de uma década, o programa de seguro rural passou por uma série de evoluções. O número de seguradoras que operam no país saltou de quatro para 12. A cada ano, surgem novos produtos, estendendo a proteção a outras culturas. Em 2018, por exemplo, estreou no mercado uma linha voltada à aquicultura, focando,

aprovado. Pelas etapas de plantio, no Paraná se começa mais cedo. Mas não é só isso. O Paraná foi um dos pioneiros. Já existe toda uma estrutura e uma cultura de seguro rural. Algumas seguradoras concentram atuação no Sul e mantêm acordos com cooperativas. No Centro-Oeste, por outro lado, essa percepção de risco e de proteção é mais recente”, aponta Digiovani.

Para Paulo Hora, os dados revelam a necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos de desconcentração dos subsídios aos seguros rurais a outras regiões do país. Grandes produtores agropecuários, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, juntos, somam o equivalente a 13% das apólices assinadas no Brasil. Em outros 19 Estados, o índice de contratos não chega a 1%.

principalmente, no aumento expressivo da produção de tilápias.

“Até 2010, não passavam de 20 culturas protegidas. Hoje o mercado trabalha com produtos para mais de 70 culturas entre grãos de inverno e verão, café, cana, frutas e hortaliças”, exemplifica Hora.

Mas não foi só isso. Os níveis de cobertura das apólices também aumentaram e, para a safra seguinte devem ser superiores aos 65% da receita esperada pelo contratante, com possibilidade de chegar à casa dos 80%. Além disso, há modalidades que protegem a renda do produtor com base na produtividade e na variação dos preços das culturas de commodities, como café, soja e milho.

“Cada vez mais, as seguradoras estão oferecendo um nível de proteção maior e compatível com o risco e a realidade que o produtor tem dentro da propriedade. Isso está diretamente relacionado a informações consistentes, em dados públicos. No Paraná, por exemplo, o Deral [Departamento de

“A gestão de risco é um instrumento de prevenção, porque combate de forma eficaz a renegociação de dívidas rurais”

Pedro Loyola, diretor de gestão de riscos do Mapa

Economia Rural, da Secretaria de Agricultura] tem informações muito qualificadas, que contribuem para isso”, observa Digiovani.

A intenção do governo é fortalecer o segmento, de modo que a gestão de

riscos se consolide, mesmo, como uma política de Estado. Em fevereiro, o Mapa criou um grupo de trabalho que pretende otimizar o repasse informações meteorológicas, aplicadas ao agronegócio. Os dados devem embasar os estudos relacionados ao Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos (Zarc), que terão indicadores mais precisos.

“Com esses dados, vamos poder definir ações de curto e médio prazos, prevendo que tipo de serviço a gente precisa entregar para o produtor e para o próximo governo. Temos alguns desafios pela frente. Um dos gargalos é a falta de peritos. Precisamos fazer um cadastro nacional. Outro ponto é termos a garantia dos recursos orçamentários. Não adianta ter a liberação se lá na frente tiver contingenciamento”, afirma Loyola. “A gestão de risco é um instrumento de prevenção, porque combate de forma eficaz a renegociação de dívidas rurais e tem um impacto enorme para o país e para o setor agropecuário”, acrescenta.

Uma bandeira de duas décadas

Ao longo dos últimos meses, a FAEP deflagrou uma série de ações reivindicando um aporte de R\$ 150 milhões do orçamento de 2019 ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Está longe de se tratar de uma iniciativa isolada. Pelo contrário. Para a Federação, a luta para que o seguro rural se consolide como uma política de Estado já tem mais de duas décadas.

“A gestão de riscos é um tema que nos é prioritário. Trabalhamos sempre com informações qualificadas, para mostrar aos produtores do nosso Estado que o seguro rural precisa fazer parte da nossa atividade de forma estratégica, minimizando riscos e zerando eventuais prejuízos decorrentes de oscilações climáticas”, aponta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

A atuação da Federação começou ainda na década de 1990, quando, a partir de uma série de visitas técnicas a países que são referência em gestão de riscos, técnicos da entidade trouxeram informações relevantes sobre o modelo de seguro rural implantando nessas nações. Paralelamente, a FAEP promoveu seminários e caravanas para levar informações aos agropecuaristas do Paraná.

Em 2008, por exemplo, a FAEP organizou um

seminário, que contou com a participação de técnicos do Mapa e de especialistas de instituições, como a Universidade de São Paulo (USP). A partir do encontro, a Federação elaborou uma proposta técnica para a consolidação do seguro rural no país. O seguro de faturamento só foi desenvolvido pela atuação direta da entidade.

“É sempre importante ressaltar que o desenvolvimento do seguro rural sempre foi uma demanda da FAEP e isso ajuda a explicar porque isso já é uma cultura no Estado, com tanta participação neste mercado. É uma conquista que só existe por causa da FAEP”, aponta o consultor em seguros rurais Luiz Antonio Digiovani.

Quem contrata seguro rural há muitos anos reconhece a evolução dos produtos e a importância da ação institucional neste processo. “Antes, era uma coisa incerta. A agente contratava, não sabia se ia ser indenizado no valor certo. Agora, tudo é claro. E sempre a gente conta com a força da FAEP, que sempre traz informações claras, incentiva o produtor e trabalha junto às seguradoras para melhorar os seguros”, afirma o produtor rural Itamar Carraro, que inúmeras vezes já recorreu ao seguro rural.

SENAR-PR apoia GT de hortifrúteis na RMC

Entidades se uniram para promover ações que garantam a segurança alimentar



O SENAR-PR vai promover ações em boas práticas agrícolas e rastreabilidade vegetal na cadeia produtiva de hortaliças e frutas para apoiar ações do Grupo de Trabalho (GT) Agroalimentar, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Diversas entidades fazem parte dessa organização, entre elas Ceasa, Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Curitiba (SMAB), Emater, Sebrae-PR e Associação dos Engenheiros Agrônomos de Curitiba. A oficialização da contribuição do SENAR-PR ocorreu em reunião realizada na sede da entidade, no dia 15 de março.

O SENAR-PR participa das reuniões desse grupo desde o início das atividades, no fim de 2017. A ideia da constituição dessa organização é alcançar níveis mais elevados de segurança alimentar, por meio da contribuição especializada de cada entidade participante. A Emater, por exemplo, atuará com a extensão rural especializada.

Um grupo de 13 cooperativas da RMC está alinhada com o trabalho, que demonstram interesse em participar de um modelo de testes. Dentro dessas entidades foram escolhidos 15 produtores de cada cooperativa para integrarem essa iniciativa. “O nosso desafio é o projeto de desenvolvimento integrado na região metropolitana, no setor agroalimentar. Temos alguns desafios como diretrizes, um deles é o encadeamento institucional, onde o SENAR-PR tem uma expertise na capacitação, trazendo conhecimento e inovação para todo o trabalho do GT. Cada instituição participa dentro da sua expertise e dentro desse trabalho

define quais são os projetos prioritários”, revela Luiz Dâmaso Gusi, coordenador do GT e secretário da SMAB.

A engenheira agrônoma do SENAR-PR Vanessa Reinhart, enfatiza que a contribuição da instituição com o GT vai de encontro com a atuação no setor de hortifrúteis. “O Programa HortiMais, que existe desde 2016, conta hoje com um portfólio completo de treinamentos aos produtores de hortifrúteis que buscam processos produtivos mais eficientes e produção de alimentos seguros, com qualidade e rastreabilidade”, avalia. Os 13 módulos de treinamento do Programa HortiMais estão disponíveis no site www.programahortimais.com.br.

Rastreabilidade vegetal

No dia 2 de maio, técnicos e instrutores do SENAR-PR vão participar de um treinamento sobre o Agri Trace Rastreabilidade Vegetal. Esse sistema desenvolvido pelo Instituto CNA (Confederação Nacional da Agricultura) ajuda produtores de frutas e hortaliças a atender as regras definidas pela Instrução Normativa (IN) Conjunta ANVISA/DAS-MAPA 02 de 7 de fevereiro de 2018. Este instrumento define procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de defensivos agrícolas em todo o território nacional.

Desafios e oportunidades da pecuária leiteira

Evento em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR irá abordar temas relevantes para o setor, como qualidade do leite e período de transição das vacas



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



As transformações que a pecuária de leite brasileira (e paraense) vêm sofrendo ao longo dos últimos anos fazem com que discussões acerca da atividade sejam cada vez mais necessárias. O cenário muda, novas oportunidades aparecem e o mercado exige pecuaristas atualizadas e bem esclarecidas. Esse é o ponto de partida para o 9º Simpósio Leite Integral, que acontece entre os dias 9 a 11 de abril, na ExpoUnimed, em Curitiba. Voltado para produtores de leite, técnicos, consultores, pesquisadores, professores e estudantes, o evento realizado pela Revista Leite Integral em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR irá abordar os desafios e oportunidades do setor, do ponto de vista técnico e mercadológico.

Uma das propostas da edição de 2019 é que o participante construa sua opinião com base em argumentos científicos e na experiência de quem vive a pecuária de leite. De acordo com o técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR Alexandre Lobo Blanco, o simpósio se consolidou como um evento de referência no setor, com caráter de ebulição de ideias. “É um

momento em que encontramos empresas, instrutores, e conseguimos trocar ideias, avaliar projetos, fazer prospecções dos cursos e buscar referências para atualização dos treinamentos”, comenta.

Um dos temas discutidos será o período de transição das vacas leiteiras, também conhecido como período periparto, que começa nas três semanas finais da gestação e se estende até a terceira semana após o parto. Segundo o médico veterinário e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Rodrigo de Almeida, que irá coordenar o debate, este é um período muito delicado para o animal, que exige um cuidado especial em relação ao seu bem-estar. “Se você não der conforto e uma dieta equilibrada, a vaca fica doente, e a lactação que está começando fica comprometida. E é nesse momento que grande parte das doenças mais conhecidas na bovinocultura ocorre”, explica.

Pesquisas indicam que até 50% das vacas de uma fazenda ficam doentes no período de transição. Ou seja, um dos desafios da pecuária de leite é mudar esse quadro. “Vamos mos-

trar para os participantes o que fazendas de sucesso têm feito para tentar diminuir esses números. Nós, técnicos, indicamos algumas estratégias que podem redundar em um maior custo diário e maior custo alimentar. Mas vamos mostrar que vale a pena investir e gastar mais nesse período para ter uma vaca saudável e mais produtiva na lactação que começa”, destaca.

Ainda, Almeida esclarece que práticas simples fazem a diferença. Além de uma dieta balanceada e nutritiva, é importante cercar de cuidados o animal no período periparto, como por exemplo, deixá-lo separada das demais, protegê-lo de sol e chuva e, no calor intenso, tentar resfriá-lo.

Qualidade do leite

A qualidade do leite também será um dos assuntos abordados ao longo do evento, devido às novas regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a partir das Instruções Normativas (INs) 76 e 77. A coordenação do debate fica por conta do gerente da Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), José Augusto Horst, que irá trazer os impactos e desafios que essas alterações representam para a cadeia do leite.

“As principais diferenças, para o produtor, são os requisitos [Contagem de Células Somáticas e Contagem Bacteriana Total] do leite. Eles permanecem os mesmos em relação à IN 62, mas agora há a exigência de um controle maior da temperatura do leite, além de não se permitir mais o uso de resfriadores de imersão, apenas de expansão”, adianta.

Horst ressalta que a indústria também terá um papel importante neste novo cenário. O trabalho em conjunto de ambos os setores será essencial para buscar ações e medidas que permitam produzir leite com esse perfil de qualidade.

O simpósio ainda traz outras temáticas em pauta, tais como a criação de bezerras, fertilidade dos rebanhos, bem-estar animal, mão de obra versus automação, marketing dos produtos lácteos e leite A2.

9º Simpósio Leite Integral

Data: entre os dias 9 a 11 de abril

Local: ExpoUnimed, em Curitiba

Informações: www.simposioleiteintegral.com.br



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 28/02/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	355,75	-	-	-	-	-	73,94	281,81
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	44.061.088,38	-	2.341.952,64	-	50.700.474,08
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.556.660,89	-	192.156,99	-	16.898.429,72
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.414.999,05	-	-	-	8.239.533,68
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	171.809,07	-	-	-	249.131,85
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	16.845,50	-	-	-	22.684,11
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	215.732,62	-	-	-	299.740,53
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.537,75	4.624.105,00	141.031,00	53.575.816,61	542.225,27	2.675.140,63	77.641,37	76.332.708,36
SALDO LÍQUIDO TOTAL								76.332.708,36

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Leite fecha fevereiro em alta

Apesar de previsão de queda no preço em março, valores devem seguir entre os três melhores desde 2014

Os preços do leite em fevereiro fecharam em alta de 2,2% em relação a janeiro, apontaram números apresentados na reunião do Conseleite, dia 19 de março, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. O resultado concretiza três meses seguidos de alta na cotação (dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019), como um reflexo do cenário positivo vivido no período na cadeia dos lácteos. Nos dois primeiros meses do ano, os resultados só não foram melhores que os registrados em 2017, considerando os últimos seis anos.

O movimento de alta, no entanto, dá sinais de que deve se reverter ao longo de março. Já na segunda quinzena de fevereiro, e nos primeiros dez dias do terceiro mês do ano, os dados das empresas participantes do Conseleite apontam uma tendência de reversão no cenário. A previsão é que o preço em março feche em queda na casa dos 2,5% em relação a fevereiro. Caso esse resultado se concretize, ainda assim a cotação do leite será a terceira melhor desde 2014.

“Já discutimos aqui que o preço do leite spot teve um aumento e houve também um início de recuperação do leite UHT. A recuperação se intensificou porque eles estavam com preços deprimidos no fim do ano passado, movimento que se generalizou e pegou outros produtos. Esse movimento começou a se reverter na segunda quinzena de fevereiro, de forma que vai terminar com queda no mês de março”, avalia José Roberto Canziani, professor do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A professora Vania Di Addario Guimarães, também da UFPR, aponta que o mercado passa por um momento no qual as coisas devem se reassentar. “Não estamos em um momento de equilíbrio, os preços relativos tendem a mudar. Possivelmente, o UHT venha a recuperar valor nos próximos meses, porque essa é a tendência do primeiro semestre. Se não acontecer, teremos algo muito diferente acontecendo no mercado, o que teremos que observar nos próximos meses”, prevê.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JANEIRO E FEVEREIRO/2019

Matéria-prima	Valores finais em janeiro/2019	Valores finais em fevereiro/2019	Variação (Fevereiro - Janeiro)	
	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro)	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,0866	1,1115	0,0249	2,29%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA FEVEREIRO E MARÇO/2019

Matéria-prima	Valores projetados fevereiro/2019	Valores projetados março/2019	Variação (Março - Fevereiro)	
	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	(leite entregue em março a ser pago em abril)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,1127	1,0841	-0,0286	-2,57%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de março de 2019 é de **R\$ 2,2916/litro**.

A Resolução Nº 03/2019 completa está disponível do site www.conseleite.pr.com.br

Embaixador da Macedônia na FAEP

No dia 19 de março, o embaixador da Macedônia do Norte, Ivica Boceski, esteve reunido com a diretoria da FAEP, em Curitiba, para conhecer mais sobre a produção paranaense de frango. O país europeu quer ampliar a compra da carne congelada da ave, e para isso busca estreitar relações para aumentar as exportações. Em 2018, a Macedônia comprou mais de 1,9 milhão de dólares em frango do Paraná, o que representa mais de 90% dos negócios realizados com o Estado.



Troca de experiências na pecuária de corte

Um grupo de pecuaristas de corte da região de Cidade Gaúcha e Rondon criou o Clube de Integração de Trocas de Experiências em Pecuária de Corte, para, como o nome já diz, compartilhar experiências da atividade. A primeira reunião aconteceu no dia 19 de março, no Sindicato Rural de Cidade Gaúcha, com participação de técnicos da Emater. Na ocasião, os pecuaristas debateram sobre os benefícios e custos da ração comercial pronta e da possibilidade de fazer a mistura na propriedade.



Startups no CTA de Ibiporã

Entre os dias 15 e 17 de março, o StartUp Weekend Agrotech Londrina reuniu 85 participantes, de 15 cidades e três Estados, no CTA de Ibiporã. O evento voltado para o empreendedorismo aconteceu em formato de competição. Ao longo de 54 horas, 12 equipes desenvolveram startups para o meio rural. O primeiro lugar ficou com a equipe Bee Money, que propôs a utilização de sensores em colmeias para otimizar a produção de mel. A equipe Trans Pork foi a segunda colocada, com o projeto de sensores embarcados em caminhões de suínos para gerar dados que possam subsidiar a redução do estresse animal durante o transporte. Em terceiro lugar, a empresa "Hidro Maps" trouxe a inteligência artificial para aumentar a precisão na perfuração de poços artesianos.





Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

SENAR-PR oferece curso de meliponicultura desde 2004

SENAR-PR é pioneiro no fomento à meliponicultura

Atividade se destaca pelo baixo custo de manutenção e alto valor agregado ao mel

Por Bruna Fioroni

A criação de meliponídeos, popularmente conhecidas como abelhas sem ferrão, nativas ou indígenas, vem chamando a atenção dos produtores paranaenses. Desde 2004, o SENAR-PR realiza um trabalho de incentivo à atividade, em que se destaca pelo pioneirismo na oferta de cursos de meliponicultura. Além de diversificar o trabalho de muitos que, até então, eram apenas apicultores, a criação de abelhas sem ferrão pode ser feita em uma pequena área da propriedade, o que permite fácil acesso à atividade.

Segundo o instrutor do SENAR-PR Cesar Ronconi de Oliveira, a procura pelo curso tem crescido devido ao baixo investimento inicial e ao mel diferenciado. “A apicultura exige mais equipamentos, diferente da criação de abelha melipona, que não precisa

de macacão e pode ser feita em casa. A espécie é muito dócil”, explica. No curso, são abordados tópicos como a anatomia do animal, comportamento e multiplicação do enxame. “A meliponicultura é mais acessível, mas a abelha é muito delicada em seu manuseio e é preciso se atentar a alguns cuidados”, observa.

O alto valor agregado ao produto também atrai os produtores. O mel de meliponídeos pode custar até quatro vezes mais que o mel de apis (abelhas com ferrão). O preço médio com ferrão é R\$ 30 o quilo, enquanto a versão sem pode atingir até R\$ 120 o quilo. “Tem mais valor porque, enquanto essa abelha produz geralmente um quilo de mel por ano, uma caixa de apis produz de 30 a 35 quilos de mel”, relata. Com sabor e odor marcantes, o mel produzido pelas abelhas sem ferrão possui propriedades nutritivas e medicinais, além de baixo teor de açúcar.

O produtor Salomão Reindaki Saraiva, de São José dos

Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), fez o curso de meliponicultura do SENAR-PR. Com os conhecimentos, Saraiva está no processo de implementação da atividade. “No começo, eu achava que a meliponicultura seria complicada e tinha pensado em ter criação de apis. Mas como minha neta é alérgica à picada de abelha, mudei de ideia e resolvi buscar mais informações”, conta. O produtor já começou a montar o material para criação das espécies mandaçaia, tubuna e jataí.

A primeira ideia era a criação de abelhas para auxiliar na polinização da viticultura que Saraiva pretende ter na propriedade. Porém, após a capacitação, “abriu-se um leque de possibilidades”. “Eu aprendi muita coisa, sobre instalação de meliponário, divisão de colmeia, colocação das abelhas, pasteurização do mel. O curso mudou minha visão. Foi um aprendizado que eu não esperava. A qualidade é espetacular”, reconhece. Agora, o produtor também tem planos de investir na produção e comercialização do mel.

Regulamentação

A comercialização do mel e a criação de meliponídeos passam por um processo de regulamentação no Estado. O que se tinha, até o momento, eram normas específicas para o mel de abelha apis e legislações federais que determinavam como base as mesmas regras para criação de animais silvestres em cativeiro. Isso não permitia o dimensionamento da atividade no Paraná e, principalmente, o avanço da comercialização do mel e a possibilidade de expansão da meliponicultura.

Com o objetivo de fortalecer o setor, uma importante conquista foi a criação da Câmara Técnica de Meliponicultura, em 2011, que reúne as entidades dos criadores em um ambiente de discussões e ações que permeiam a criação, manejo, comercialização e organização dos produtores. A concentração de esforços resultou na sanção da Lei 19.152/2017, que cria um marco regulatório para a atividade no Paraná, e na regulamentação ambiental estabelecida por meio da Portaria 06 do IAP, de janeiro deste ano.

Segundo o gerente da Câmara Técnica de Meliponicultura, Marcos Aparecido Gonçalves, o grupo oferece apoio à organização produtiva, além do papel fundamental de mediação em processos regulatórios. “É importante ter um ambiente de discussão da meliponicultura e que congrega ações em prol da atividade, sejam para agregar valor ao produto, facilitar a criação e manejo, até acesso à tecnologia e desenvolvimento de pesquisas”, destaca.

Segundo a técnica do Departamento Técnico e Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR Daniella Sgarioni, os cursos do SENAR-PR trouxeram grande incentivo à atividade, com seis instrutores habilitados e mais de 5 mil participantes aprovados nos últimos 15 anos. “A Câmara tem se fortalecido ao longo dos últimos anos, com conquistas para a meliponicultura nacional, apresentando avanços significativos. Quanto à legislação para mel e criação de meliponídeos, o Paraná é tido como referência para os demais Estados que estão em processo de regulamentação”, aponta.



Produtora Geneci Terezinha Rzeznik, de São José dos Pinhais

Curso de apicultura é porta de entrada na atividade

O primeiro passo para muitos dos criadores de abelhas sem ferrão é a apicultura. Ali, os produtores descobrem que é possível diversificar a atividade com o mínimo de investimento. A produtora Geneci Terezinha Rzeznik, de São José dos Pinhais, decidiu fazer o curso de meliponicultura, pois sua chácara é muito pequena para expandir a criação de apis. “Eu tenho algumas abelhas sem ferrão nas árvores e queria saber como funcionava, como eu poderia retirá-las e começar a criação. Agora pretendo investir nisso e começar a comercializar o mel, que será mais uma fonte de renda”, afirma.

Sem nunca ter pensado em trabalhar com abelhas, Geneci fez, primeiro, o curso de apicultura, por um motivo um tanto curioso. “Eu tenho uma plantação de morangos e as abelhas entraram dentro da caixa d’água que colocamos para a irrigação. Eu morria de medo, tentei chamar alguém para tirar e não deu certo. As abelhas ficaram uns quatro meses lá. Aí vi que tinha o curso de apicultura do SENAR-PR”, revela. O que começou como um problema, tornou-se uma paixão para a produtora.

Outra situação inusitada sobre primeiro contato com abelhas foi a do mobilizador do Sindicato Rural de São José dos Pinhais, Marcos Roberto Ribeiro dos Santos. “Nem tinha planos de participar, mas fui convencido pela técnica do SENAR-PR que fez a supervisão do curso. Levei até ferroadada. Foi uma experiência diferente do que eu esperava, pois é muito mais que produção de mel. É fantástico trabalhar com abelhas”, destaca o mobilizador, que agora também pretende começar uma criação de meliponídeos junto com a namorada.

Santos ainda destaca o fato do aumento da procura pelo curso de meliponicultura em São José dos Pinhais. “O pessoal tem se interessado bastante, por ser uma atividade com renda extra. Outros pelo lazer, como um hobby”, finaliza.



CÂNDIDO DE ABREU

NOVA DIRETORIA

No dia 25 de fevereiro deste ano, Moacir Pereira Cruz tomou posse como presidente do Sindicato de Cândido de Abreu para o triênio 2019/2022. Ainda fazem parte da chapa Damião Wujastyk como secretário e Claudemir dos Santos Peruzzi como tesoureiro.



CAMPINA DA LAGOA

PANIFICAÇÃO

Nos dias 19 e 20 de novembro de 2018, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso de "Produção Artesanal de Alimentos – Panificação". O instrutor Sérgio Kazuo Kawakami capacitou 16 pessoas.



CIANORTE

TRATORES AGRÍCOLAS

Um grupo de sete alunos participou do curso "Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - Norma Regulamentadora 31.12", promovido pelo Sindicato Rural de Cianorte. As aulas foram ministradas pelo instrutor Lucas David Schemberger entre os dias 20 e 23 de novembro do ano passado.



CAMPO MOURÃO

COLHEDORAS AUTOMOTRIZES

O curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - regulagem de colhedoras automotrizes - intermediário (colhedora)" aconteceu nos dias 22 e 23 de novembro de 2018, organizado pelo Sindicato Rural de Campo Mourão. O instrutor Domingos Carlos Basso treinou 12 pessoas.



FLORESTÓPOLIS

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Entre os dias 27 e 29 de novembro de 2018 aconteceu o curso "Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - norma regulamentadora 31.8" para 10 alunos. O evento foi organizado pelo Sindicato Rural de Porecatu, com aulas do instrutor Aeslandio Antonio Figueira.



ALVORADA DO SUL

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

No dia 30 de novembro do ano passado, o instrutor Ramon Ponce Martins ministrou aulas durante o curso "Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos - milho", para 11 alunos. A capacitação foi organizada pelo Sindicato Rural de Alvorada do Sul.



IMBITUVA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

Entre os dias 3 e 7 de dezembro do ano passado, 16 pessoas participaram do curso "Condutores de Veículos - DETRAN - movimentação e operação de produtos perigosos - MOPP", organizado pelo Sindicato Rural de Imbituva. O instrutor foi Maurinei Benedito Igerski.



GUAPIRAMA

PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS

A instrutora Maria Luzinete Pina Zanin treinou 11 pessoas ao longo do curso "Produção Artesanal de Alimentos - Conservação de Frutas e Hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos". A capacitação ocorreu nos dias 8 e 9 de novembro de 2018, por organização do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina.

VIA RÁPIDA



Língua azul

Cães da raça chow chow têm a peculiaridade de possuir a língua azul. O fato se dá pela presença de melanina no órgão, pigmento que dá cor aos tecidos e proteção natural sobre a ação dos raios ultravioletas do Sol. Além do chow-chow, as raças akita e sharpei também têm a língua azulada.

Mulheres samurais

Você sabia que no Japão também existiram mulheres samurais? No Japão feudal, as chamadas Onna-bugeisha foram mulheres que recebiam o mesmo treinamento que os homens samurais. Elas eram treinadas desde a infância sob o mesmo código que do sexo masculino, porém em escolas especiais para mulheres.



Negociação

O filho faz um pedido para sua mãe:

- Mãe, você pode me dar R\$ 10?

E a mãe imediatamente responde:

- Claro que não!

- Se a senhora me der R\$ 10 eu conto o que o papai disse para a moça lá na loja do shopping...

Curiosa, a mãe pega os R\$ 10 e dá a criança.

Então questiona:

- Muito bem! O que ele disse?

- Ei moça, você pode me informar onde fica a seção de brinquedos?

Russo imortal

E por falar em russos, um cientista daquele país aplicou em si mesmo uma bactéria encontrada na Sibéria que teria a idade de 3,5 milhões de anos. Segundo o mesmo, após a aplicação, deixou de adoecer e acredita ter encontrado o princípio para a fórmula da imortalidade.





Mais eficaz que o vinho

Você já deve ter ouvido que uma taça de vinho faz bem ao coração. Experimente então uma tigela de açaí. A fruta que vem do Pará é rica em antocianina, substância que traz a cor roxa para o açaí e para a uva, e que também ajuda a combater o aparecimento de placas de gordura nas artérias e prevenindo doenças cardiovasculares. Só para ter uma ideia, um litro de açaí tem 33 vezes mais antocianina do que um litro de vinho. O açaí também é rico em fibras, cálcio, potássio e proteínas.



A origem do estrogonofe

O delicioso prato é invenção dos russos, que no século XVI alimentavam seus soldados com uma ração de carne conservada em sal e aguardente. O cozinheiro oficial do czar Pedro, O Grande, refinou o prato e apelidou de Strogonov, nome do general que lhe protegia.

Chato de galocha

Não se sabe a origem da famosa expressão “chato de galocha”. Porém, partindo do fato de a galocha ser um calçado de borracha usado para reforçar a proteção dos pés contra a chuva, provavelmente a expressão é aplicada ao ato de se “proteger” de pessoas inconvenientes.



Rios voadores

A floresta amazônica, além de ser a maior do gênero tropical do mundo, é uma enorme bomba d'água. Isso porque puxa umidade do oceano Atlântico, que precipita sobre as plantas nativas, e, por sua vez, transpiram vapores de água que são devolvidos à atmosfera. Assim, o ar, sempre carregado de umidade, é transportado para as demais regiões do Brasil e da América Latina em grandes massas de ar. Esse fenômeno chamado de “rios voadores” acontece a dois quilômetros de distância da superfície. O seu fluxo de água é maior do que o do Rio Amazonas.



UMA SIMPLES FOTO





RECEBA AS NOTÍCIAS DO AGRO DO PARANÁ E DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR NO WHATSAPP

Salve o número (41) 98815.0416 e mande
uma mensagem com seu nome, cidade
e atividade agropecuária

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___ _____
Em ___/___/___ _____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

